

ICM Bio

Edição 411 - Ano 10 - 17 de fevereiro de 2017



ICMBio aprova Plano
Anual de Capacitação
PÁGINA 12

Parque Nacional do Jaú
discute uso público
PÁGINA 4

Brasil terá três novos
sítios Ramsar
PÁGINA 8

Lagoa do Peixe coibe
pesca ilegal
PÁGINA 10

Cartilha incentiva a preservação de papagaios



O Ministério do Meio Ambiente (MMA), a Sociedade Brasileira de Zoológicos e Aquários e os Projetos de Conservação dos Papagaios do Brasil lançaram, na última sexta-feira (10), a cartilha Papagaios do Brasil. A publicação (que pode ser acessada em <http://bit.ly/2mscoZC>) tem o objetivo de incentivar a conservação destas aves – algumas ameaçadas de extinção – e também coibir o comércio ilegal de papagaios no Brasil.

O lançamento marca as atividades do Ano do Papagaio, cuja celebração se encerra em 2017, e une as iniciativas dos projetos de conservação com foco em comum, o Ministério do Meio Ambiente (MMA), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e instituições parceiras.

Para o secretário de Biodiversidade e Florestas do MMA, José Pedro de Oliveira Costa, é fundamental que o governo federal sensibilize a população para a necessidade de conservação dos papagaios e seus ambientes, ressaltando a importância desses animais para a biodiversidade brasileira. Os psitacídeos representam um dos grupos de aves terrestres mais vulneráveis à extinção devido a efeitos decorrentes da perda de habitat e da intensa retirada ilegal de espécimes da natureza. Em especial, em alto risco estão os papagaios do gênero *Amazona*, muito procurados como animais de estimação e de ocorrência em paisagens originais altamente alteradas, reduzidas e fragmentadas.

Durante o Ano do Papagaio, promovido pela Sociedade Brasileira de Zoológicos e Aquários, ações de educação ambiental foram realizadas na maioria dos zoológicos do Brasil, chamando a atenção da sociedade para as ameaças e a necessidade de conservação do território onde habitam as 12 espécies de papagaios brasileiros. Estas aves estão presentes nos seis biomas.

PRESERVAÇÃO

Desde 2010, o ICMBio coordena o Plano de Ação Nacional para a Conservação dos Papagaios da Mata Atlântica (PAN Papagaios). As ações deste plano têm foco na conservação de três espécies ameaçadas de extinção: papagaio-charão (*Amazona pretrei*), papagaio-de-peito-roxo (*Amazona vinacea*) e papagaio-chauá (*Amazona rhodocorytha*), além de ações direcionadas a outras duas espécies consideradas quase ameaçadas: o papagaio-de-cara-roxa (*Amazona brasiliensis*) e o papagaio-verdadeiro (*Amazona aestiva*), essa última alvo frequente do tráfico de animais silvestres e espécie mais comercializada ilegalmente no Brasil.

CARTILHA

A cartilha terá versões impressa e digital e seu lançamento ocorreu durante o Congresso da Sociedade Brasileira de Zoológicos e Aquários (SZB), realizado em Pomerode (SC). Por meio de uma linguagem acessível a todas as faixas etárias, a publicação procura conscientizar a população para a preservação das aves e reforça os aspectos de educação ambiental trabalhados ao longo do Ano do Papagaio.

O conteúdo é apresentado por Glauci, mascote da campanha do Ano do Papagaio. O texto chama atenção da sociedade para as principais ameaças às espécies, entre elas o comércio ilegal, o desmatamento e a alteração dos ambientes em que vivem os papagaios. O material traz, ainda, curiosidades como o primeiro nome dado ao Brasil, à época do Descobrimento (1500), quando o país era chamado de Terra dos Papagaios, em razão da grande quantidade de animais dessa espécie e de outras aves da mesma família, como as araras.



Soltura de Quelônios do Programa de Monitoramento de Quelônios do Baixo Rio Negro

Josângela Jesus

Parque Nacional do Jaú discute uso público

O Parque Nacional do Jaú realizou, entre os dias 20 e 23 de fevereiro, a Oficina de Uso Público para a Revisão do Plano de Manejo da unidade de conservação (UC). O evento ocorreu na Base Avançada localizada na foz do rio Jaú, em Novo Airão (AM), com apoio financeiro do Programa Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa).

A oficina foi dividida em visitas técnicas aos atrativos e discussões. Entre os roteiros do parque, os participantes puderam escolher dois para participar e analisar: Circuito Aquático da Cachoeira para observação da fauna e Maloca do Seu Gilberto; Trilha do Itaupal e Maloca do Seu Gilberto; Corredeiras do Rio Carabinani e Circuito Aquático dos Petróglifos, com Trilha da Sumaúma da Enseada e Igarapé Preto. Além desses locais, todos os participantes puderam conhecer, no último dia da oficina, a Trilha das Sumaúmas da Base, que recentemente teve seu percurso manejado para permitir que visitantes com menos tempo possam ter uma rica experiência no parque.

Entre os temas das discussões, estavam análise dos roteiros visitados, significância do

parque, público que visita e que ainda não visita a UC e suas motivações, possibilidades de roteiros no parque e no Mosaico do Baixo Rio Negro, atrativos existentes e novos e quais os prioritários para implementação nos próximos cinco anos e, por fim, como cada instituição participante pode apoiar as ações para implementação do uso público. Houve ainda a soltura de quelônios do Programa de Monitoramento de Quelônios do Baixo Rio Negro, com vistas à análise da implementação do turismo científico, que permite a participação de visitantes no processo de monitoramento.

Josângela Jesus, responsável pelo Uso Público do parque, conta que “a oficina foi muito intensa uma vez que decidiu-se oportunizar a visita dos participantes aos principais atrativos da unidade, mas foi bastante rica e prazerosa. Via-se nos rostos a empolgação e satisfação em apoiar esse parque de tão grande importância para a conservação e gestão socioambiental”.

A analista ambiental também destacou a participação de oito jovens comunicadores dos rios Unini e Jaú, que fizeram a cobertura do evento

para divulgá-lo junto às comunidades e redes sociais. “A oficina foi uma oportunidade de troca entre jovens dos dois rios e possibilitou que eles visitassem atrativos do parque que não conheciam, mesmo morando na UC”, ressaltou.

Para Thiago Beraldo, assessor da Coordenação-geral de Uso Público e Negócios (CGEUP), a oficina teve múltiplos resultados positivos. Serviu ao planejamento do uso público ao mesmo tempo que divulgou a UC aos operadores de turismo regionais. Segundo ele, a participação de diferentes atores favoreceu uma avaliação realista do potencial de visita da unidade.

“O Mosaico do Baixo Rio Negro, onde se encontram Jaú e Anavilhanas, precisa pensar roteiros turísticos integrados devido a suas características biofísicas. Nesse contexto, o Jaú favorece um visitante que tem mais tempo e deseja um passeio com exclusividade, além do forte contexto arqueológico e histórico da região. Assim, a oficina ofereceu elementos estratégicos para uma definição clara dos novos objetivos do programa de uso público da UC”, explicou Thiago.

REVISÃO DO PLANO DE MANEJO

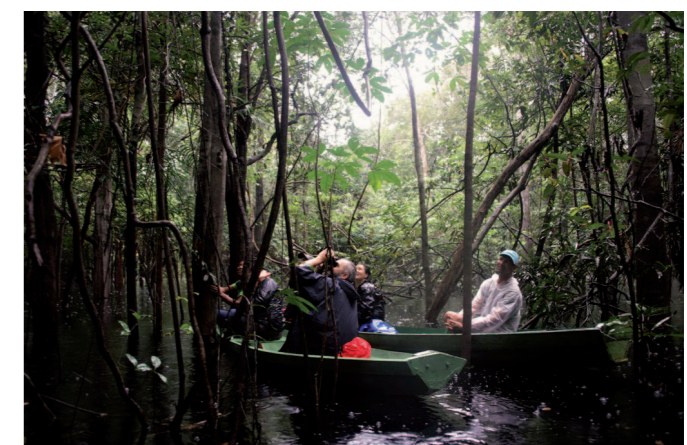
O processo de revisão do plano de manejo do Parque Nacional do Jaú foi iniciado oficialmente com a realização do Seminário Jaú 36 anos, em outubro de 2016. Além da Oficina de Uso Público, já foi realizada a de Pesquisa, também no mês de fevereiro, e serão realizadas as oficinas de Gestão Participativa, Gestão Integrada, Consolidação Territorial, Proteção, oficinas em cada comunidade dos rios Unini e Jaú e uma Oficina de Planejamento Participativo. A previsão é que até o final de 2017 o plano de manejo revisado seja enviado para análise e publicação.

PARTICIPANTES

Além da equipe do Parque Nacional do Jaú, a oficina contou com a participação de representantes das reservas extrativistas do Unini e do Tapajós Arapiuns, dos parques nacionais de Anavilhanas e do Superagui, da Coordenação Regional em Manaus (CR2), da Coordenação-geral de Uso Público Negócios (CGEUP) e do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação

da Sociobiodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais (CNPT).

Também participaram Departamento de Mudanças Climáticas e Unidades de Conservação do Estado do Amazonas, Empresa de Turismo do Estado do Amazonas (Amazonatur), Prefeitura de Novo Airão, Fundação Vitória Amazônica (FVA), Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ), condutores e diretoria da Associação dos Transportes Turísticos de Novo Airão (ATTUNA), empresas que atuam no parque (Amazon Clipper e Helicônia Turismo), comunitários dos rios Jaú e Unini, funcionários terceirizados do parque e voluntários.



Jericoacoara realiza oficina de permacultura

O Parque Nacional de Jericoacoara (CE) e o permacultor Tiago Bezerra, gestor da Área de Proteção Ambiental (APA) Estadual da Lagoa da Jijoca promoveram, com o apoio do centro de windsurf Club Ventos, uma oficina de permacultura para os moradores da região.

O evento, realizado no dia 4 de março na sede da UC, abordou conceitos básicos e práticas de compostagem e minhocultura (atividade que utiliza minhocas para conversão de resíduos sólidos em húmus, excelente adubo orgânico). A oficina contou com a participação de 17 pessoas, entre moradores da Vila de Jericoacoara e do município de Jijoca de Jericoacoara, além de duas servidoras e do chefe do parque, Jerônimo Martins.

O objetivo do encontro foi introduzir o tema aos participantes e discutir a gestão de resíduos

sólidos orgânicos, apresentando possíveis soluções para o problema da destinação dos mesmos na vila, que é circundada pelo parque nacional. Jericoacoara é classificada como a terceira unidade de conservação mais visitada do país e considera-se que o aumento da população flutuante da vila, proveniente do turismo, a distância e a dificuldade de acesso à sede do município contribuem para o incremento da produção desses resíduos, gerando um problema ambiental.

A partir da oficina foi constituído um grupo que visa organizar um Curso de Design em Permacultura (PDC) na localidade. Jerônimo Martins acredita que tal iniciativa “contribuirá para a formação de atores locais aptos a discutir a gestão da Vila e do Parque Nacional de Jericoacoara, compatibilizando conservação e turismo”.



Moradores da Vila de Jericoacoara e do município de Jijoca de Jericoacoara participaram da oficina

Flona do Crepori inicia discussão sobre acordo de gestão

A equipe de Gestão Socioambiental e Uso Público da Unidade Avançada de Itaituba (PA) realizou expedição à Floresta Nacional (Flona) do Crepori (PA). A ação teve como objetivos divulgar o perfil das famílias beneficiárias e iniciar o processo de discussão sobre o acordo de gestão com as populações tradicionais da unidade de conservação (UC). A atividade contou com a participação e colaboração de servidores da Fundação Nacional do Índio (Funai) e do Serviço Florestal Brasileiro (SFB).

A equipe realizou atividade de divulgação nas regiões oeste e leste da Flona, cujas famílias são encontradas nas proximidades de três rios principais: Tropas, Crepori e Marupá. Durante essa ação, os moradores da UC foram informados quanto à publicação do perfil de família beneficiária. Além disso, discutiu-se o significado de ser beneficiário, assim como os critérios que balizaram tal definição. Por fim, falou-se sobre o processo de elaboração do acordo de gestão da Flona do Crepori, com ênfase nas etapas e na importância da participação comunitária.

VISITAS A ALDEIAS INDÍGENAS

A Floresta Nacional do Crepori e a Terra Indígena (TI) Munduruku encontram-se



Lucas Coutinho Magnin

Expedição do rio das Tropas e visita às aldeias da Terra Indígena Munduruku



separadas pelo rio das Tropas. Contudo, há registros de interfaces entre os povos indígenas e a floresta nacional. Por isso, a expedição envolveu a realização de visitas a algumas aldeias da TI Munduruku.

A ideia é dialogar com as lideranças e com a comunidade sobre os modos de vida desses povos, incluindo possíveis usos de recursos realizados no interior da Flona, assim como informá-los sobre a publicação do perfil de família beneficiária e o trabalho de elaboração do acordo de gestão. Ao longo da atividade, foram visitadas as aldeias São João, Mangueirinha, Bananal, Vila Nova, Maloquinha e Caroçal.

CONSELHO CONSULTIVO

Os resultados obtidos durante a expedição foram apresentados em reunião ordinária do Conselho Consultivo da UC, realizada no último dia 9 de março, em Itaituba. O conselho discutiu, ainda, o planejamento das próximas etapas do processo de elaboração do acordo de gestão, que incluem a realização do diagnóstico participativo das ocupações e usos do território e a construção de propostas de acordo em reuniões comunitárias com a população beneficiária da unidade.



Brasil terá três novos sítios Ramsar

O Brasil aprovou, junto à Convenção sobre Zonas Úmidas de Importância Internacional, sediada na Suíça, três novas propostas para sítios Ramsar. O Parque Nacional de Anavilhanas (AM), o Parque Nacional do Viruá (RR) e a Estação Ecológica do Taim (RS) serão os novos sítios, aumentando de 13 para 16 o número de áreas reconhecidas pela convenção internacional. A certificação ocorrerá ainda no primeiro semestre de 2017, em data a definir.

A Convenção sobre Zonas Úmidas de Importância Internacional, mais conhecida como Convenção Ramsar, estabelece marcos para ações nacionais e para a cooperação entre países com o objetivo de promover a conservação e o uso racional de áreas úmidas no mundo. Essas ações estão fundamentadas no reconhecimento, pelos países, da importância ecológica e do valor social, econômico, cultural, científico e recreativo de tais áreas.

Para o ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho, o Brasil tem todo o interesse em aumentar ainda mais o número de sítios Ramsar. O MMA está desenvolvendo uma estratégia de implementação da Convenção de Ramsar e dos Sítios Ramsar no Brasil, que deverá orientar o cumprimento dos compromissos assumidos pelo país, ou seja, a conservação e o uso racional das áreas úmidas. O documento será elaborado em colaboração com o Comitê Nacional de Zonas Úmidas e com os gestores dos Sítios Ramsar.

ECOSSISTEMAS

O presidente do ICMBio, Ricardo Soavinski, considera as áreas úmidas muito importantes pela sua biodiversidade e, sobretudo, pelos importantíssimos serviços dos ecossistemas que elas prestam. “As unidades de conservação são a melhor forma de conservar os ecossistemas e prestar esses serviços à sociedade, e por isso devem ser reconhecidas e prestigiadas”, ressalta.

Segundo Soavinski, o reconhecimento de uma convenção internacional, como a de Ramsar, agora também para os parques nacionais de Anavilhanas e do Viruá e para a Estação Ecológica do Taim, valoriza os esforços feitos pelo Brasil e promove interações internacionais de aprendizado que permitem a melhoria da gestão feita pelo ICMBio.

Desde sua adesão à Convenção, em 1996, o Brasil promoveu a inclusão de 16 UCs à Lista de Ramsar, o que permite a obtenção de apoio internacional para o desenvolvimento de pesquisas, o acesso a fundos internacionais para o financiamento de projetos e a criação de um cenário favorável à cooperação internacional. Em contrapartida, o Brasil assume o compromisso de manter as características ecológicas dos sítios – os elementos da biodiversidade e os processos que os mantêm – e deve atribuir prioridade para sua consolidação diante de outras áreas protegidas, conforme, inclusive, previsto no Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas.

Operação de fiscalização coibe pesca ilegal

O Parque Nacional da Lagoa do Peixe (RS) realizou, no mês de fevereiro, a Operação Capitão Rosa, com o objetivo de coibir a pesca ilegal nos lagamares da unidade de conservação (UC). A ação contou com a participação de agentes de fiscalização dos parques nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral, da Estação Ecológica de Carijós e da Coordenação Regional em Florianópolis (CR9).

Como o foco da operação era a pesca ilegal, principalmente do camarão, as ações foram executadas buscando flagrar principalmente pescadores não autorizados e a coleta de camarão fora do tamanho mínimo de nove centímetros, além de siri e peixes que estão na lista de espécies ameaçadas.

Nos 12 dias de trabalho em campo, as ações foram executadas na tentativa de flagrar os infratores, principalmente os pescadores ilegais chamados “coqueiros”. Eles, normalmente, não são autorizados e fazem uso do petrecho ilegal de arrasto chamado “coca”. “Além disso, não respeitam locais proibidos e o tamanho mínimo para pesca do camarão, causando prejuízos tanto para os pescadores autorizados como também podendo comprometer a sustentabilidade do camarão como recurso de pesca para os pescadores ainda autorizados”, explicou Patricia Kidricki Iwamoto, analista ambiental da CR9.

RESULTADOS

As ações foram alternadas entre os três turnos do dia, possibilitando o encontro de pescadores em momentos diferentes da rotina habitual: fazendo manutenção dos petrechos, abrindo as redes, realizando a despesca e comercializando. A operação resultou na apreensão de redes e

41 kg de camarão e na lavratura de nove autos de infração, totalizando mais de R\$ 5 mil em multas.

Somam-se a esses resultados orientações dadas aos pescadores quanto à legislação da pesca (espécies e tamanho, períodos permitidos, documentação necessária, petrechos ilegais) e os objetivos da ação de fiscalização e do próprio Parque Nacional da Lagoa do Peixe.

“Como a equipe de fiscalização do parque conta com apenas um agente e na intenção de dar continuidade ao trabalho, estabelecendo uma efetiva presença institucional que de fato coíba ou diminua substancialmente os ilícitos/irregularidades, outras operações estão sendo planejadas para ocorrerem ao longo do ano”, afirmou Fernando Weber, chefe do parque.

ACORDO COM COMUNIDADES TRADICIONAIS

O Parque Nacional da Lagoa do Peixe foi criado em 1986 com o objetivo de conservar, entre outros atributos, o complexo de lagamares e sua rica biodiversidade e, particularmente, as espécies de aves migratórias que dele dependem para seu ciclo vital.

Na criação, considerando a existência de comunidades tradicionais de pescadores que dependiam e sobreviviam da pesca, a UC realizou acordos com estas comunidades e, atualmente, possui um quadro de pescadores cadastrados e um termo de responsabilidade de pesca celebrado e renovado todos os anos, que direciona as atividades permitidas dentro da unidade. À época, foram cadastrados aproximadamente 240 pescadores. Atualmente, em torno de 130 deles ainda detêm a autorização.



ICMBio aprova Plano Anual de Capacitação



O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) publicou, na última semana, a portaria que aprova o Plano Anual de Capacitação (PAC) para o ano de 2017. O documento, que segue a Política de Desenvolvimento de Pessoas do ICMBio, busca promover a implementação de um programa de educação continuada para os servidores que atenda às necessidades institucionais.

Os eventos estão organizados em quatro eixos temáticos: formação básica ou transversal, destinada a todos os servidores, independentemente do cargo ou área de atuação; técnica, para grupos de servidores em razão do cargo ou área de atuação, com o objetivo de desenvolver competências técnicas específicas; gerencial, com eventos prioritariamente destinados a servidores que exercem função de chefia; e específica,

que atende demandas individualizadas em decorrência da área que o servidor atua.

Entre os cursos previstos, alguns deles já foram realizados em anos anteriores e algumas novidades foram incluídas, como Curso de Comunicação – Porta-vozes ICMBio; Sobrevivência na Selva e Resgate em Ambientes Remotos; Curso de Facilitação para o Planejamento de UC; Curso de Planejamento e Implantação de Projetos e Operação de Trilhas de Mountain Bike; e Curso de Negociação, Articulação Interinstitucional e Estabelecimento de Parcerias.

INTEGRAÇÃO COM PARCEIROS

Helena Araujo, coordenadora-geral de Gestão de Pessoas, explica que os cursos terão fonte de recursos orçamentária, ou seja,

do ICMBio, e de parceiros. “A ampliação de parcerias com instituições para a execução dos eventos de capacitação está entre as diretrizes do PAC, que também incluem a ampliação do planejamento e da execução de cursos na modalidade a distância; a promoção, em conjunto com instituições parceiras, de cursos de pós-graduação; e a realização de capacitação com o Ministério do Meio Ambiente e vinculadas e outras instituições parceiras, propiciando a participação de servidores desses órgãos como aprendizes e instrutores”, explicou Helena.

O PAC 2017 tem como metas a execução de 70% dos eventos de capacitação previstos no documento e a capacitação de 20% dos chefes do ICMBio e de 30% de servidores efetivos em pelo menos uma capacitação relacionada no documento. Os cursos elencados deverão acontecer dentro do exercício de 2017 e prioritariamente executados no Centro de Formação em Conservação da Biodiversidade (Acadefbio).

Os editais para participação nos eventos de capacitação já começaram a ser divulgados nos e-mails institucionais. Para mais detalhes, confira o Plano Anual de Capacitação 2017 em <http://bit.ly/2nmrlb6>.



Espaço Fiscalização

Abertas inscrições para formação de agentes de fiscalização ambiental

Estão abertas até 2 de abril as inscrições para o Curso de Formação de Agentes de Fiscalização Ambiental – Nível 1 (AF1) com módulo de Armamento e Tiro, a ser realizado na Acadebio, entre os dias 8 e 27 de maio. A capacitação destina-se aos servidores do ICMBio que ainda não são agentes de fiscalização portariados (analista ambiental, técnico ambiental ou cargo comissionado) e compreenderá módulo obrigatório de Ação Fiscalizatória e módulo opcional de Armamento e Tiro. Aqueles que optarem pela aquisição de porte deverão ser submetidos ao Teste de Aptidão Psicológica, que será realizado na Acadebio, no dia 7 de maio.

O Programa de Capacitação em Fiscalização Ambiental do ICMBio é uma ferramenta estratégica que busca suprir as necessidades de qualificação profissional dos agentes do ICMBio para o cumprimento de suas funções relacionadas à fiscalização em unidades de conservação. Objetivando a busca da excelência no cumprimento dessa atribuição, a Coordenação-geral de Proteção vem aperfeiçoando o treinamento oferecido aos agentes com a implementação de algumas inovações, como o novo modelo pedagógico e o conceito estrutural do programa, composto por EAD (nivelamento), presencial (Acadebio) e prático (ação prática em localidades indicadas pela CGPRO).

O Curso de Formação de Agentes de Fiscalização Ambiental – Nível 1 (AF1) é o primeiro de três níveis presenciais, em que serão apresentados os principais temas relacionados à proteção de unidades de conservação, aos procedimentos básicos de lavratura de autos de infração e demais termos, técnicas de campo, obtenção de porte de armas institucional, legislação ambiental, equipamentos institucionais utilizados e demais procedimentos administrativos. Os servidores que concluírem este nível estarão aptos a lavrar autos de infração e participar ativamente em ações de fiscalização em todo o território nacional.

As inscrições deverão ser feitas exclusivamente pela internet, em <http://bit.ly/2mPupnq>.



Alexandre Bueno Cavalcante

Ausência de coordenadas da poligonal de área embargada em auto de infração

A ausência de coordenadas da poligonal de área embargada em auto de infração impede o julgador de confirmar o tamanho exato da área, influenciando diretamente no valor da multa e impossibilitando-o de avaliar se o valor indicado pelo fiscal está correto ou necessita ser reformado. Conforme determina o art. 38 da Instrução Normativa nº 6/2009, em caso de medida cautelar de embargo, o auto de infração deverá conter a delimitação da área ou local embargado, mediante indicação de

suas coordenadas geográficas. No caso de ausência de coordenadas da poligonal de área embargada, a PFE pronuncia, em seu Parecer nº 52/2013/PFE-ICMBIO-RO, que tal situação constitui vício sanável caso não se modifiquem os atos imputados ao infrator. Sua retificação e convalidação serão dadas mediante despacho saneador da autoridade competente - após pronunciamento da PFE - a teor do art. 99 do Decreto 6.514/2008 e art. 72 da IN 6/2009 do ICMBio.

CurtaJ

Seminário de Áreas Protegidas da Amazônia

Seguem até o próximo domingo (19) as inscrições para o processo seletivo para participação no IV Seminário de Turismo em Áreas Protegidas da Amazônia, que será oferecido pelo ICMBio por meio de cooperação técnica com o Serviço Florestal norte-americano (USFS) e apoio financeiro da Agência de Desenvolvimento Internacional dos Estados Unidos (Usaid). O evento tem como

objetivos discutir os desafios da implantação de atividades de uso público e despertar os participantes para as possibilidades de uso público nas unidades de conservação da região amazônica. O seminário será realizado em Manaus, de 18 a 20 de abril. Informações pelos e-mails pedagogico.acadebio@icmbio.gov.br e cevi.icmbio@gmail.com.

Flona de Brasília realiza passeio ciclístico noturno



Acevo Flona Brasília

A Floresta Nacional (Flona) de Brasília realizou no dia 8 de março um passeio ciclístico noturno para marcar o início da implantação de melhorias na infraestrutura de visitação da unidade de conservação (UC). O pedal noturno

foi organizado em colaboração com a Secretaria de Cidades do Governo do Distrito Federal (GDF), a Polícia Militar do Distrito Federal e o Grupo de Ciclistas Jah do Cerrado. O passeio pelas trilhas da Flona foi um grande sucesso e contou com participação de aproximadamente 300 ciclistas de vários grupos. Na ocasião, o coordenador-geral de Uso Público e Negócios, Pedro Menezes, ressaltou o empenho do ICMBio em prover a sinalização de trilhas e outras melhorias para a visitação na UC, que recebeu 33.650 visitantes em 2016, na sua grande maioria praticantes de mountainbike. As melhorias previstas serão implementadas a partir de uma parceria entre a unidade, a Coordenação-geral de Uso Público, o GDF e os próprios ciclistas de forma voluntária.

Anavilhanas recebe visita do embaixador da Alemanha

No último domingo (12), a equipe do Parque Nacional de Anavilhanas (AM) recebeu a visita do embaixador da Alemanha, Georg Witschel. Durante a visita, Witschel teve oportunidade de conhecer um pedaço do bioma Amazônia e ver de perto os resultados do Programa Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa), que conta com a parceria do governo alemão. Logo no começo da manhã, Georg Witschel participou de um sobrevoo que permitiu uma vista geral da floresta e do parque nacional, mostrando a complexidade do transporte, do monitoramento e da fiscalização na área. Em seguida, o embaixador conheceu o trabalho de monitoramento dos botos, um dos atrativos

da UC. O representante do governo alemão percorreu, ainda, cerca de 4 km em uma trilha que foi recentemente aberta à visitação pública.



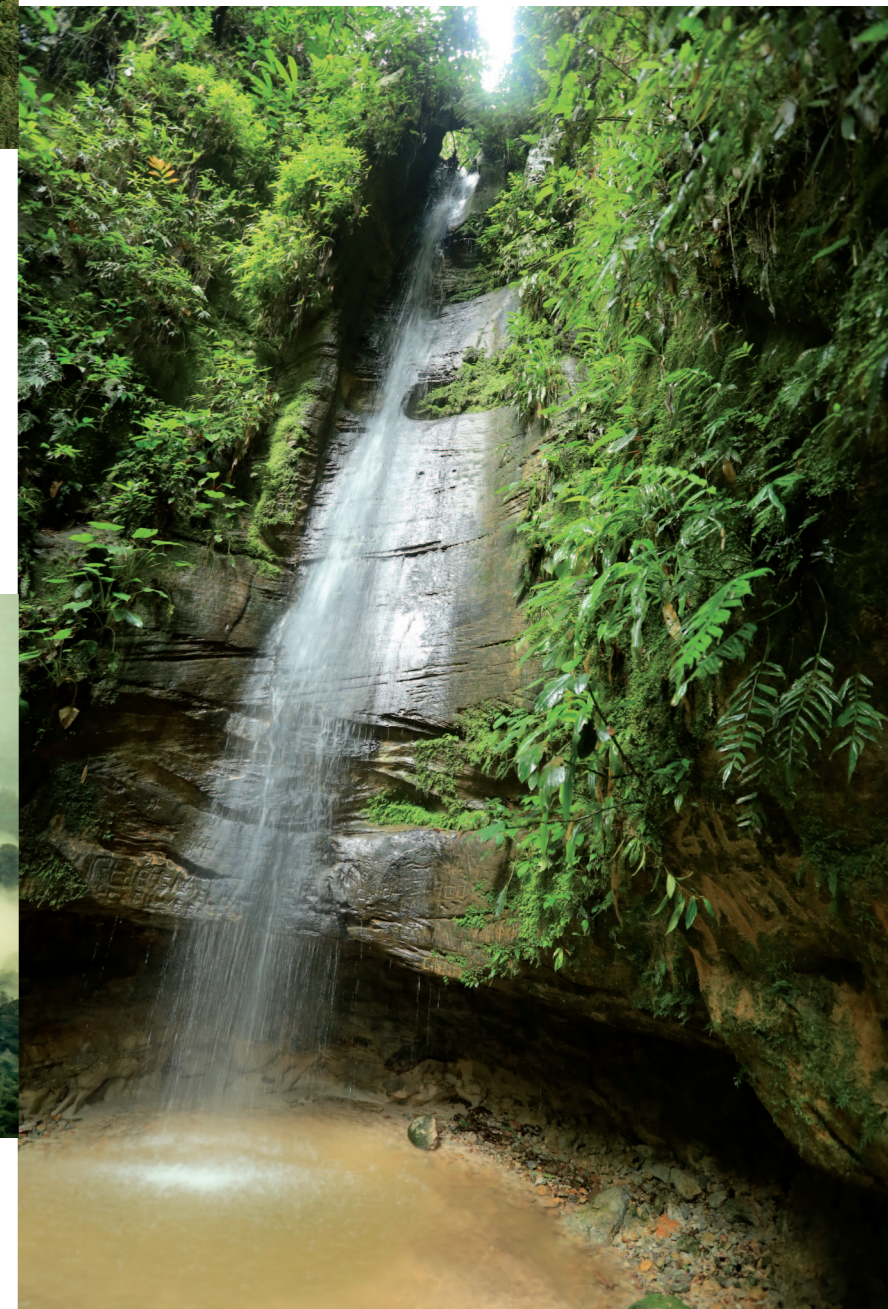
Márcia Muchagata

Contribuições para estratégia do clima

Os interessados em participar da construção da estratégia brasileira de corte de emissões de carbono terão até 30 de junho para enviar contribuições. O Ministério do Meio Ambiente (MMA) prorrogou o prazo de recebimento de comentários para a preparação da Estratégia Nacional de Implementação e Financiamento para a Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) do Brasil ao Acordo de Paris. Os formulários com as observações deverão ser preenchidos e enviados para ndcdobrasil@mma.gov.br. Os participantes podem comentar aspectos que considerem relevantes a partir

do documento-base produzido pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) em cooperação técnica com o MMA. Esse arquivo é uma referência inicial para orientar a discussão pública e não representa a visão do MMA nem antecipa o conteúdo da Estratégia Nacional, ainda em fase de elaboração. O MMA será o responsável pela construção da Estratégia Nacional a partir da consolidação dos comentários enviados, que também serão encaminhados ao Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas (FBMC) para consideração nas reuniões dos diálogos estruturados. Informações e download do formulário em <http://bit.ly/2ISZ2JD>.

Parque Nacional da Serra do Divisor (AC)





ICMBio em Foco

Revista eletrônica

Edição

Elmano Cordeiro
Ivanna Costa Brito

Projeto Gráfico

Bruno Bimbato
Narayananne Miranda

Diagramação

Celise Duarte

Supervisora da DCOM

Adriane Papa

Colaboraram nesta edição

Gleison Magalhães Freitas – Gestão Integrada Itaituba; Jerônimo Carvalho Martins – Parna de Jericoacoara; Josângela da Silva Jesus – Parna do Jaú; Juvenal Vicenzi – Ascom/MMA; Letícia Verdi – Ascom/MMA; Nana Brasil – DCOM; Patricia Kidricki Iwamoto – CR9; Robson Rodrigues da Silva – Flona de Brasília.

Divisão de Comunicação - DCOM

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio

Complexo Administrativo Sudoeste - EQSW 103/104 - Bloco B - Térreo - CEP: 70670-350 - Brasília/DF
Fone +55 (61) 2028-9280 ascomchicomendes@icmbio.gov.br - www.icmbio.gov.br



@icmbio



facebook.com/icmbio



youtube.com/canalicmbio



@icmbio



MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE

